

EDUCAÇÃO E POLÍTICA NA REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (1927-1930)

Libânia Nacif Xavier

(Faculdade de Educação/
PROEDES / UFRJ)

Américo Freire

(CPDOC/FGV)

Este estudo analisa o processo de mediação política que acompanhou a aprovação do projeto de modernização da esfera educacional levado a efeito no Rio de Janeiro, durante os anos de 1927-1930, período que tem sido enquadrado pelos historiadores no âmbito da Primeira República Brasileira ou República Oligárquica. A Reforma da Instrução Pública promovida por Fernando de Azevedo na cidade do Rio de Janeiro — então capital da República e modelo para as demais cidades do país — dotou o Governo Federal de uma aura modernizadora coetânea dos anseios das elites políticas e intelectuais de “civilizar” o país segundo o modelo das “nações desenvolvidas” da Europa. Porém, sua ação como vetor de legitimação política foi colocada em questão pelo Conselho Municipal, em um momento de crise e de redefinição das lideranças que atuavam no campo político brasileiro à época.

As análises sobre a implementação de projetos de intervenção no sistema de educação pública, em diferentes períodos da história da educação brasileira, têm demonstrado que a investigação em torno das diferentes formas de mediação entre educação e política coloca-se como um importante instrumental para a compreensão do próprio sentido das propostas pedagógicas em voga. Observa-se que o conteúdo das mesmas sempre vem carregado de sentido político, seja em uma visão mais ampla, como projeto social ou utopia, seja em estrito senso, nos limites da disputa partidária ou do embate e das alianças entre grupos.

As operações de enquadramento da memória, de sacralização de determinados eventos ou atos, assim como demarcação de campos de ação e de exposição de idéias acerca da questão educacional, moral e/ou nacional, via de regra, apresentam-se como recursos indispensáveis para se efetivar a mediação entre educação e política, sem a qual, a educação não pode avançar do terreno dos princípios para o campo da ação e deste para a

institucionalização de seus espaços e dos modos de apropriação como prática social. Sem dúvida, tem sido por meio da formulação de discursos orais e/ou textuais que tal operação tem sido apresentada e interpretada pelos estudiosos do tema. Nesse sentido, é por meio destas fontes — discursos, textos, artigos jornalísticos, leis, mensagens de governo e anais das casas legislativas, dentre outros — que procuramos desenvolver o presente estudo.

Sem perder de vista a importância de se desvendar as contradições presentes nos discursos e textos educacionais, o estudo em questão visa, antes, compreender a sua lógica específica, construída em função dos limites e possibilidades postos no contexto em que foram formulados. Nesse sentido, a compreensão das dinâmicas específicas que marcam o campo político e o campo educacional em um dado período de sua configuração, assim como a observação das relações estabelecidas entre estes deverá conduzir o processo de investigação do presente estudo. Este tem o objetivo de contribuir para ampliar a compreensão das relações entre o movimento de renovação educacional defendido pelos educadores escolanovistas e a dinâmica política que acompanhou o processo de modernização deste setor da administração pública brasileira.

Antecedentes

As primeiras iniciativas de modernização da esfera educacional no Brasil Republicano remetem-se ao movimento das reformas da instrução pública promovidas em diferentes estados do país. Ao analisar esse conjunto de reformas em estudo clássico, Jorge Nagle (1976) faz referência à chamada “política dos estados” responsável pela aglutinação das forças estaduais na sustentação do governo federal, e, no plano da educação, pela adoção de um conjunto de medidas coordenadas no sentido da organização dos sistemas escolares estaduais, expressando a força política das lideranças de determinadas unidades federadas.

O movimento das reformas da instrução pública ocorrido nos estados brasileiros ao longo da Primeira República expressa com clareza a liderança exercida pelo grupo paulista na condução da política nacional o que, no âmbito da educação, verificou-se com a repercussão alcançada pelo modelo de reforma educacional implementado no estado de São Paulo, em 1920. Na avaliação de Nagle (1976:194), a reforma liderada por Sampaio Dória

em São Paulo foi aquela que introduziu as primeiras e mais radicais alterações feitas nos sistemas escolares realizadas durante toda a década de 1920.¹ O modelo da reforma paulista teve repercussão e continuidade em outros estados da federação, como foi o caso do Ceará e do Distrito Federal, além da reforma baiana.²

Jorge Nagle (1974:192) divide em duas fases o movimento das reformas da instrução pública ocorridas durante a Primeira República: uma primeira, inscrita nos três primeiros decênios do regime republicano, insuficiente para mudar a fisionomia dos sistemas escolares de então e, uma segunda fase, iniciada na última década da Primeira República, que se distingue da primeira fase por trazer à tona o desenvolvimento de uma discussão doutrinária e também a realização de novos padrões de cultura e de ensino. Nesse sentido, justifica-se a denominação da primeira fase como um ciclo reformista em oposição à segunda fase que demarcaria, segundo o autor, um movimento remodelador, no qual se evidencia a incorporação e o aperfeiçoamento dos instrumentos técnico-pedagógicos e administrativos elaborados pelas reformas anteriores.

A reforma mineira (realizada durante o período em que Francisco Campos era Secretário do Interior e Mário Casasanta era Inspetor Geral da Instrução, e ambos, auxiliares da administração do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrade) inaugura o segundo ciclo no movimento de reorganização da instrução pública. Isso porque, segundo o autor, a reforma mineira promoveu o salto entre as posições doutrinárias associadas ao republicanismo e à democracia para o desenvolvimento de muitos dos aspectos doutrinários provenientes do ideário da Escola Nova (Nagle,1976:195-196). Para o autor, a inversão operada na relação que passou a se estabelecer entre os princípios políticos gerais relacionados ao republicanismo e à democracia e os aspectos técnico-pedagógicos trouxe

¹ A Reforma Sampaio Dória foi regulamentada pelo Decreto nº 3.356 de 31/05/1921. Dentre outros aspectos, a Reforma paulista pautou-se em um programa de racionalização do sistema de ensino, promovendo o recenseamento escolar como forma de orientar o atendimento das demandas educacionais; pela instituição de escolas reunidas; pelas medidas nacionalizadoras dirigidas aos estabelecimentos particulares de ensino. Sobre o assunto ver: Nagle (1976:194)

² No Ceará, o convite para que um educador paulista coordenasse a reforma da instrução pública naquele estado já é demonstrativo da repercussão anteriormente assinalada. Dentre os procedimentos introduzidos na reforma paulista incorporados pela reforma cearense o autor cita a adoção do recenseamento escolar; a criação das escolas reunidas e o estabelecimento de medidas nacionalizadoras em relação ao ensino particular, dentre outras. A Reforma baiana, liderada por Anísio Teixeira representa, ainda segundo Nagle, a consolidação jurídica das mudanças inauguradas com a reforma paulista, por ter apresentado “a mais ampla e minuciosa estrutura jurídica montada para servir à escolarização” (Nagle, 1976:194).

como consequência, dentre outras, a predominância do aspecto técnico sobre o político na discussão e encaminhamento de soluções dos problemas educacionais.

Nessa linha, ele considera a reforma paulista como aquela que apresentou maior fidelidade aos princípios doutrinários de natureza republicana e democrática, haja vista que o reformador colocava-se não como um técnico, mas, sim, *como um pensador voltado para problemas de natureza extra-escolar*.³

Em contrapartida, iniciava-se, já no final da década de 1920, a incursão dos chamados *especialistas* em educação, que procuravam, gradativamente, deslocar o caráter eminentemente político da *obra educacional* com o emprego de argumentos técnico-pedagógicos (Nagle,1974:211).

Sem dúvida, ao final da década de 1920, a natureza do discurso dos reformadores sofreu uma inflexão que imprimiu um significado mais técnico e especializado aos argumentos utilizados para justificar as medidas determinadas pelos planos de reforma da instrução pública. Mas acrescentamos a essa evidência, a idéia de que, apesar da inflexão operada ao nível do discurso, a Reforma do Distrito Federal, liderada por Fernando de Azevedo, utilizou-se sim dos argumentos de autoridade característicos do discurso especializado, acrescentando a estes, os argumentos já presentes na cultura política do Distrito Federal com vistas a fazer da Reforma da Instrução Pública no município uma verdadeira operação política de submissão das lideranças locais aos argumentos técnicos e à inspiração política que a fundamentavam, qual seja, o modelo paulista de reforma do ensino inserido no projeto de reconstrução política da nação segundo os ideais de República partilhados por suas principais lideranças.⁴

³ Com base no trabalho de Antunha, Limongi (1989:141) avalia que os maiores méritos da Reforma Sampaio Dória encontram-se nas iniciativas racionalizadoras do aparelho de ensino paulista, evidenciadas entre outras medidas, na criação das delegacias regionais de ensino, na regulamentação da carreira de professor na reestruturação administrativa da inspetoria do ensino. O sentido racionalizador da reforma explicaria a maior parte das dificuldades que esta viria a enfrentar junto aos meios políticos, cuja influência nas nomeações e direção do ensino teriam sido sensivelmente abaladas. Nesse conflito, podem ser encontradas as razões da campanha contra Dória que o levou a demitir-se do cargo. Nestes termos, a reforma de 1920, além das características já apontadas, pode ser interpretada, também, como uma tentativa de inaugurar um padrão de gestão do sistema de ensino mais burocratizado e racional, impondo-se uma administração autônoma e protegida das demandas mais imediatas dos partidos políticos.

⁴ As palavras de Fernando de Azevedo, em discurso proferido em 11 de dezembro de 1927, por ocasião da I Convenção dos Rotarianos do Brasil, é exemplar da intenção de fazer da Reforma da Instrução do Distrito Federal uma plataforma de disseminação do projeto de conformação da República Brasileira segundo certos ideais. Disse o reformador: *Problema cuja solução interessa à própria vida do país, o da educação pública*

Tal operação não foi realizada sem conflitos, pelo contrário, foi intensa a reação de lideranças políticas locais ao projeto de reforma educacional defendido pela trinca que ocupava o poder naquele período: o presidente Washington Luís, o prefeito do Distrito Federal, Antônio Prado Júnior e o diretor geral da Instrução Pública do Município, Fernando de Azevedo. O intenso embate político somado ao permanente debate que ecoou na imprensa carioca demonstram o grau de politização que permeou a apresentação, aprovação e implementação do referido projeto de reforma. Aparentemente, a ênfase cada vez mais técnica do discurso do reformador consubstanciou uma dentre tantas outras estratégias de legitimação do referido projeto de reforma, acentuando ainda mais a relação entre competência técnica e solução dos problemas administrativos, ao mesmo tempo em que demarcava a oposição entre estes atributos e as representações predominantes sobre a política carioca tradicional, vista como atividade marcada pelo interesse pessoal em detrimento da preocupação com o bem público.

O entendimento dessa relação — a que se estabelece entre educação e política — tendo em vista a reforma da instrução pública do Distrito Federal, durante os anos 1927-1930, requer um deslocamento do nosso foco de análise para o campo político carioca em vista da posição desta cidade como sede do Poder Republicano.

O campo político carioca nos anos 1920

A legislação relativa à organização do governo no município da capital advinha do início da República. Desde aquele momento, a elite política republicana havia se definido pela montagem de uma estrutura política na capital com vistas a garantir espaços de atuação tanto para os poderes centrais em sua sede, quanto à representação local. Face a esse objetivo precípuo, foi formado na cidade do Rio de Janeiro um governo com características por demasiado distintas dos demais municípios ou unidades federadas do país. Vejamos.

na capital deve ser encarado e tratado como o rebate e o início de uma decisiva campanha, que já tardava, em favor da educação nacional. Não é por um regionalismo estreito e mal compreendido, que temos reivindicado para o Distrito Federal um sistema moderno de organização escolar, com que possa transformar-se esta cidade num centro de irradiação do movimento pedagógico no Brasil. Todos nós conhecemos a capacidade de repercussão que apresentam as idéias lançadas e acolhidas na capital da República, para a qual os Estados trazem voltados os olhos e o coração, acompanhando de perto o seu movimento de idéias e procurando reproduzir, por um natural mimetismo político, a que já se referiu Levi Carneiro, as correntes vitoriosas do pensamento e os programas administrativos de largos empreendimentos.

As funções executivas de governo ficaram a cargo de um prefeito nomeado pelo presidente da República. Depois de um período no qual viu-se obrigado a disputar com o legislativo local a preeminência na condução dos negócios da municipalidade, o prefeito tornar-se-ia a figura de proa na administração da cidade, particularmente a partir da gestão do engenheiro Pereira Passos (1902-1906), principal responsável por um intenso programa de obras que mudou a face física da área central do Rio de Janeiro. (Benchimol, 1992).

Desde então, a figura do “bom prefeito/ bom administrador” passou a ser associada à imagem do engenheiro “tocador de obras”, do agente capaz de dar curso rápido à resolução dos problemas urbanos, sem a morosidade típica das Casas Legislativas. Dentre os que seguiram esta linhagem, há de se registrar a gestão dos prefeitos/engenheiros Paulo de Frontin (1919) e Carlos Sampaio (1920-1922) – este último responsável pelo desmonte do Morro do Castelo – marco histórico da criação da cidade do Rio de Janeiro (Kessel, 2001). Em sua administração, Prado Jr também fez questão de mostrar-se atento ao trato das questões urbanas, o que prova o seu convite ao francês Alfred Agache para a elaboração de um plano urbanístico para a capital brasileira (Resende, 2002).

No intuito de manter o estratégico cargo distante das inevitáveis injunções político-partidárias, os presidentes da República trataram de reservar a prefeitura para técnicos, militares ou homens de sua estrita confiança, como no caso de Prado Jr – que privava do seletivo círculo de relações do presidente Washington Luís. O mesmo procedimento foi adotado quanto à chefia de polícia do Distrito Federal, ocupado por seguidas vezes por magistrados já estabelecidos e preparados para alçar vôo em direção ao Supremo Tribunal Federal (Bretas, 1997).

Ainda com o objetivo de assegurar a presença dos poderes centrais na administração da capital, estabeleceu-se também um dispositivo político-legal que atribuiu ao Senado Federal a responsabilidade pela apreciação das medidas emanadas pelo Conselho Municipal que porventura tivessem sido vetadas pelo prefeito. Na prática, este mecanismo de segurança terminou por inserir mais um ator no concorrido campo político carioca.

Neste quadro marcado por graves interdições à livre ação dos grupos locais, eles procuraram se valer de diferentes estratégias com vistas a ocupar e preservar espaços próprios de atuação política. A principal delas consistiu em assumir o controle dos espaços

legislativos reservados à representação da capital federal, seja no Congresso Nacional (três cadeiras no Senado e 10 cadeiras na Câmara dos Deputados), seja no Conselho Municipal (cujo número de cadeiras variou durante toda a Primeira República). Para isso, tornou-se decisiva a formação de agremiações partidárias capazes de reunir lideranças em torno de um programa de cunho autonomista voltado para a defesa dos interesses políticos locais. (Freire, 2000)

Em resposta, o governo federal, por diversas vezes, atuou no sentido de minar a presença de agremiações locais que pudessem promover um maior ordenamento do campo político carioca. Dentre as várias iniciativas adotadas como forma de dissuasão política, merecem ser citadas: a cooptação de lideranças com vistas à formação de um “Partido do Governo” na capital; a suspensão de eleições e o fechamento temporário do Conselho Municipal; além da intervenção pessoal do presidente da República no processo de reconhecimento de parlamentares do Distrito. Em geral, estas intervenções do poder central na vida política carioca eram justificadas por meio de um discurso moralizador, no qual a capital era apresentada como símbolo da degradação moral e política do país. Não por acaso, o alvo invariável das campanhas era o Conselho Municipal – a principal base de atuação das lideranças locais.

Face ao exposto, não é difícil de se entender as razões pelas quais o campo político carioca movia-se segundo uma lógica particular, na qual ora eram criadas condições para uma maior institucionalização e ação político-partidária, ou seja, quando predominava o acordo em bases clientelísticas entre as forças locais que compunham o campo, ora o precário equilíbrio era rompido por uma intervenção presidencial que servia para alimentar o descrédito, a diluição política e a fragmentação partidária. (Freire & Sarmiento, 1999)

A Reforma da Instrução Pública no Distrito Federal, levada a efeito por Fernando de Azevedo, advertida ou inadvertidamente, terminou por representar um evento detonador de um novo debate em torno da legitimidade da ação política na capital federal. Como um roteiro já previamente determinado, os discursos dos oponentes retomam a polarização típica do campo em torno de questões como política partidária X administração; clientelismo X racionalização; autonomia X intervenção.

A Reforma da Instrução Pública no Distrito Federal: partida do ponto zero

A memória registrada por Fernando de Azevedo nos discursos proferidos à época assim como em sua biografia, revelam a firme disposição do reformador em proceder a *reformas profundas e radicais*. Após assumir o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, em 27 de janeiro de 1927, Fernando de Azevedo anunciou as duas grandes linhas de ação que deveriam orientar o seu projeto de reforma. Em primeiro lugar, foi destacada a necessidade de reformulação da legislação vigente, prevendo a redação de um código de educação adequado às novas orientações, que deveria ser enviado ao Conselho Municipal para aprovação. Em seguida, ele iniciou a realização do censo escolar, a fim de fazer um balanço da situação e orientar as futuras ações de forma planejada e em atendimento às necessidades diagnosticadas a partir do censo. Para tal, ele tratou de organizar sua equipe e preparar o local de trabalho da Diretoria. Paschoal Lemme assim registrou a sua visão sobre os primeiros momentos da administração de Azevedo na Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal:

Para proceder a esse balanço e ao mesmo tempo iniciar a redação de um anteprojeto de lei que fosse um verdadeiro *código de educação* moderno, *à altura das novas necessidades do país* e que deveria ser enviado para aprovação do Conselho Municipal, Fernando de Azevedo tomou logo duas providências : retirou o antigo gabinete do Diretor do casarão colonial, sede do Governo Municipal, situado na Praça da República, instalando-o em um local *longe daquele ambiente de repartição burocrática, esterilizante, onde fosse possível estabelecer uma atmosfera apropriada e estudos e debates das várias comissões que deveriam se incumbir da redação do referido anteprojeto de lei*. Este local foi o terceiro pavimento da Escola Deodoro, na Glória, *ambiente puramente escolar, onde até as condições de ventilação e o panorama que se descortinava sobre a Baía de Guanabara constituíam fatores favoráveis à execução das complexas tarefas que se impunham aos reformadores*. Ali se instalou verdadeiro *quartel general da grande reforma do ensino, comandada por Fernando de Azevedo*. (P. Lemme, 1988 :21)

A leitura do relato de Paschoal Lemme, colaborador de primeira hora da Reforma conduzida por Fernando de Azevedo, permite-nos perceber a disposição do reformador em

providenciar um espaço de trabalho preservado das interferências da política. Longe da presença dos agentes do Governo Municipal, o Gabinete da Instrução Pública foi inserido no espaço próprio da atmosfera de trabalho educativo: o andar superior de uma escola. Assim a representação do espaço destinado ao Gabinete já operava, de antemão, a separação entre a esfera da política e a esfera da educação. Apartadas fisicamente, estas esferas se diferenciavam não apenas pela localização geográfica, mas, sobretudo, pelo ambiente predominante em cada uma, pelo tipo de acomodação e pelas condições de trabalho que as características do espaço que ocupavam podiam proporcionar. Além disso, o registro final do relato acima citado, refere-se à instalação de um verdadeiro quartel general, confirmando não só a separação mas uma total distinção, uma oposição ou até mesmo um estado de guerra.

A segunda medida tomada por Fernando de Azevedo foi a convocação de sua equipe, incluindo entre os principais assessores, Frota Pessoa, como subdiretor administrativo e Jônatas Serrano como subdiretor técnico.⁵ Ao mesmo tempo, foi-se montando um esquema de apoio e divulgação na imprensa e em órgãos e agremiações civis como a Associação Brasileira de Educação. Mais uma vez, o relato de Paschoal Lemme demonstra o quanto a reforma da Instrução Pública do Distrito Federal configurou um embate para o qual foi necessário promover uma ampla campanha de convencimento e aceitação dos princípios e medidas por ela acionados. Em *O Jornal*, Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, sobrinho de Frota Pessoa e destacado jornalista, dispôs-se a colaborar com a divulgação matérias, entre notas, esclarecimentos e artigos de opinião a Reforma. Mais tarde, o próprio Frota Pessoa no *Jornal do Brasil*, e Diniz Júnior em *qaw*, participaram ativamente da defesa da Reforma. Além disso, um movimento paralelo de propaganda e discussão das idéias da escola nova era lançado pela Associação Brasileira de Educação, tendo à frente Heitor Lira da Silva, Francisco Venâncio Filho, Armanda Álvaro Alberto, Edgar Sussekind de Mendonça, Mário de Brito e outros (Paschoal Lemme, 1988:22).⁶

⁵ Outros nomes que participaram da equipe foram: Francisco Venâncio Filho; Edgar Sussekind de Mendonça; Fernando Nerêo Sampaio; Paulo Maranhão; Maria dos Reis Campos; Oscar Clark; Coelho Neto; Álvaro Rodrigues; Zélia Braune; Manoel Marinho; Andréa Borges Costa; Florípedes Anglada Lucas; Cecília Meireles

⁶ A Campanha em prol da Reforma dirigiu-se a outros grupos e associações, dentre estes : o Rotary Club do Rio de Janeiro, o Instituto Central de Arquitetos, a Associação Brasileira de Higiene, a Liga Brasileira de

Os discursos de Fernando de Azevedo, procurando convencer a opinião pública da validade e necessidade de seu projeto de reforma, convergem para a idéia de que a situação caótica da instrução pública do Distrito Federal era resultado da ação clientelística e estreita dos políticos que tratavam a instrução como um bem privado e não no interesse público. Nesse sentido é que ele defendeu, juntamente com os que o apoiavam, a partida do ponto zero. Isso quer dizer que nada do que existia em matéria de instrução pública no Distrito Federal merecia ser mantido. Pelo contrário, tornava-se urgente uma reforma total, de caráter revolucionário que representasse a instalação de uma nova ordem no sistema de ensino da capital. O trecho abaixo é ilustrativo dessa idéia:

A falta, por um lado, de uma visão de conjunto que abrangesse, num golpe de síntese, numa reforma de unidade orgânica, a variedade das instituições escolares, e o favoritismo que deturpou as melhores instituições, anulando-lhes, sob o peso de erros acumulados, todas as forças de propulsão, não permitiram que se endireitasse no sentido do ensino e do bem público o rumo das leis e se apertassem os laços com que se encadearam duas ou três tentativas parciais, mas honestas de organização escolar. O que ainda existe, com caráter eficiente, mas já antiquado, é uma organização primitiva, melhorada aqui e ali, por mais recentes criações sem base nem conexão, e sugada até a medula pelo parasitismo das leis especiais de favores e concessões.(Azevedo, s/d:44)

A idéia de partida do ponto zero prevaleceu no encaminhamento dos trabalhos de recenseamento da população escolar. Ao mesmo tempo em que destacou a inexistência de um trabalho sério de localização e diagnóstico da situação educacional do Distrito Federal, Fernando de Azevedo chamou um paulista para coordenar tais trabalhos, demonstrando, mais uma vez, a intenção de impor à organização do sistema de ensino carioca o modelo paulista.

Como bem o sintetizou Pilletti (1982:64), o recenseamento foi duramente contestado na imprensa, com base nos seguintes argumentos: 1) o recenseamento era desnecessário em virtude da possibilidade de se fazerem projeções com base nos dados do Recenseamento geral de 1920; 2) A contratação de um técnico paulista, Sud Menucci para coordenar os trabalhos do censo; desconhecedor da topografia do município, foi tomado

como uma desconsideração aos técnicos cariocas; 3) A decisão de encarregar as professoras da tarefa de coleta de dados, função considerada incompatível com a dignidade do magistério; 4) Por buscar orientação para a localização de novas escolas enquanto já estavam sendo determinados os locais de construção das mesmas.

As manifestações de apoio à realização do censo e à total reformulação do sistema legislativo reforçavam a idéia de partida do ponto zero. Assim, enquanto Fernando de Azevedo (s/d:62) denunciava *o cipó de leis personalistas e de favores que impedia qualquer ação por parte das autoridades de instrução e que desarticulava completamente a orientação do aparelho de ensino...*, justificando a necessidade de *... fazer tábua rasa de toda a legislação anterior, revogada em todas as suas disposições, pelo novo código de ensino...* Monteiro Lobato escrevia um contundente texto no Jornal *A Manhã* de 06/02/27, intitulado O pólipo das leis de ensino. Dizia o artigo:

O que há a fazer na Instrução do Rio é, não diremos reorganizá-la, mas organizá-la, pois nunca foi organizada. O que se organizou sob o disfarce de aparelhamento da Instrução Pública foi apenas esse sórdido parasitismo que entre nós invade, contamina e esteriliza a coisa pública. (...) O Conselho (Municipal), máquina de fazer leis com vista única no favoritismo, foi criando, com o tempo, um pólipo que hoje, ou é extirpado, ou dará cabo da Instrução de uma vez para sempre. Em São Paulo, único estado onde existe realmente instrução, as leis do ensino se compendiam em um folheto de 50 páginas e sob o regime destas leis simples e pouco numerosas, tudo marcha a contento. (...) A reforma, reconstrução ou construção do ensino no Distrito Federal só depende disso – destruição do pólipo. O Conselho precisa reabilitar-se, engolindo o monstro que procriou e, em troca votar uma lei singela como a de São Paulo. Fará isso o Conselho? Ecco! A função do Conselho nunca foi trabalhar em prol do bem público e sim servir a amigos, quer dizer, aperfeiçoar o polipeiro do favoritismo. (Monteiro Lobato, in *A Manhã*:06/02/1927)

Corroborando a pecha de clientelista e da política dos favoritismos, o episódio protagonizado pelo intendente Henrique Lagden foi fartamente alardeado pela imprensa. Este tornou público o fato do intendente ter saído à procura do Diretor da Instrução Pública para negociar com ele uma porcentagem das nomeações para as inúmeras vagas nos quadros dos serviços de educação que seriam abertos por meio da reforma. Segundo o intendente, tal atitude contribuiria para a rápida aprovação do projeto de reforma pelo

Conselho Municipal. A resposta inflexível de Fernando de Azevedo, somada à repercussão que a imprensa deu ao fato, contribuíram para aumentar as resistências ao projeto de reforma no âmbito do Legislativo.

Com a demissão de todos os antigos professores do ensino normal, segundo Paschoal Lemme (1988:24), *nomeados sem concurso e em excesso, muitos deles de grande prestígio político*, as resistências ampliaram-se ainda mais, resvalando para atitudes obstrucionistas da parte de algumas lideranças do Conselho Municipal, como os intendentess Henrique Lagden, Vieira de Moura e Antônio Penido. Por outro lado, a defesa da reforma ganhou o apoio decisivo do intendente Maurício de Lacerda.

As estratégias de bloqueio do projeto de reforma foram as mais variadas, passando por exigências de caráter técnico como requisito para levar o projeto à votação — o que ocorreu em 03 de novembro de 1927, quando o projeto foi retirado da ordem do dia por faltarem, no original, as tabelas de vencimentos propostas — até a divulgação da falsa notícia de renúncia de Fernando de Azevedo, divulgadas pelos jornais contrários ao projeto de reforma, *O Globo* e *O Brasil*, em 09 de novembro de 1927. Além disso, as atitudes que visavam a obstrução da votação do projeto ainda foram mobilizadas ora em razão de prolongadas considerações sobre pontos polêmicos do Projeto 109 da reforma do ensino, consumando-se o tempo disponível para proceder à votação, ora em virtude da falta de quorum para realização da votação, também visando a obstrução da mesma.

A situação só teve solução no último dia do ano, em 31 de dezembro de 1927, depois que Maurício de Lacerda dispôs-se a obstruir, dias e dias seguidos todos os projetos, inclusive o orçamento de 1928, até que o Conselho decidisse aprovar o projeto de reforma da instrução. A não aprovação do Orçamento do ano vindouro inviabilizava todo e qualquer outro projeto, criando um grave problema para o Conselho como um todo. O Prefeito chegou a cogitar a renúncia do cargo, porém, na última hora, a reforma e também o orçamento acabaram sendo aprovados.

Muitos dispositivos haviam sido incluídos no projeto que o desfiguravam. Contudo, a estratégia adotada pelo grupo liderado por Fernando de Azevedo foi pela aprovação do projeto com os dispositivos que não puderam ser negociados no Conselho para, mais tarde, identificá-los e levar o Prefeito a vetá-los. Após alguma hesitação, o Prefeito vetou um total

de aproximadamente quarenta dispositivos, medida essa que foi mais tarde referendada pelo Senado Federal.

O encaminhamento das medidas previstas no Plano de Reforma giraram em torno de dois eixos nucleares e interdependentes: 1) a articulação das diversas instituições educativas e a concordância entre estas e a realidade social e, 2) os princípios modernos de educação, entre os quais figuram os pressupostos da educação nova. É de fato, o desenvolvimento do aspecto social da educação que põe em foco os três princípios fundamentais com base nos quais Fernando de Azevedo pretendia conformar o sistema de ensino do DF. São eles: o princípio da comunidade (autonomia do sujeito, integração ativa na comunidade); o princípio da escola única (escola cidadã, de formação integral, aberta e igual para todos) e o princípio da escola do trabalho (calcada na experiência do aluno e nos métodos ativos). Balanço apresentado por Frota Pessoa, em 1929, destacavam a construção de novos grupos escolares, a organização dos museus pedagógicos e a disseminação do cinema educativo; a criação das Associações de Pais e Professores; a construção de um novo prédio monumental para abrigar a Escola Normal do Rio de Janeiro, totalmente reformulada; a realização de concursos para provimento dos cargos no sistema de ensino; dentre outras medidas.

Passados mais de vinte anos, Fernando de Azevedo discursou na Conferência Educacional de Diretores de Instrução, no Rio de Janeiro, em setembro de 1950, ocasião em que reafirmou a particularidade da Reforma Educacional que ele dirigiu no Distrito Federal. Com relação a esta, ele referiu-se aos novos ideais de educação popular nela propugnados, definindo-os como uma questão que, antes de ser técnica, destacava a necessária articulação dos princípios e das bases científicas da Reforma com as finalidades pedagógicas e sociais que a orientavam. Concluiu seu discurso ressaltando o tratamento dirigido à escola, expresso no Código de Ensino, assim como nas inovações pedagógicas colocadas em prática durante a sua administração, que sempre tiveram em vista um duplo aspecto: o reconhecimento de caráter leigo e apolítico da escola (Azevedo, s/d:253).

Em 24 de outubro, a Revolução de 1930 mudou os rumos da política, determinando deposição do Presidente Washington Luís, e, também, o fim da gestão de Fernando de Azevedo à frente da Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal.

Conclusões

O presente texto apresenta alguns dos resultados de um projeto mais amplo que tem como objeto a dinâmica de implementação de políticas de modernização no âmbito educacional na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1920 e 1970 (Xavier, 2001), a partir de um enfoque que se propõe a examinar os padrões de relacionamento entre os atores e a lógica do campo político e as estratégias adotadas pelas lideranças do movimento de renovação educacional.

Dentre as questões abordadas, podemos destacar as seguintes. Em primeiro lugar, nosso objetivo foi o de situar a reforma no contexto do processo de renovação educacional levado a efeito nos anos 20, estabelecendo dessa forma um breve diálogo com a tradição de estudos sobre este período considerado fundador. Outra vertente analítica sugerida neste trabalho foi a de conceber a Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal no âmbito das investidas modernizadoras dos grupos oligárquicos dominantes, conduzidas pelo presidente Washington Luís, que tinham o intuito de conquistar alianças junto à opinião pública em meio a um quadro de profunda crise de legitimidade.

Por fim, examinou-se o debate em torno da Reforma, observando-se que os argumentos mobilizados em favor dos reformadores e contra os agentes políticos corroboravam os signos de ilegitimidade e imoralidade que, muitas vezes, serviram de esteio aos propósitos intervenecionistas do Governo Federal. Por outro lado, constatou-se que as resistências ao caráter exógeno e impositivo do reformador e do projeto de reforma educacional, corresponderam ao repertório diuturnamente utilizados em prol das proposições autonomistas da cidade capital.

Referências bibliográficas

Azevedo, Fernando de (1959). *A Educação na Encruzilhada : problemas e discussões*. Inquérito para o Estado de São Paulo. . Edições Melhoramentos, São Paulo.

_____ (s/d). *Novos Caminhos, novos fins: a nova política de educação no Brasil*. Edições Melhoramentos, São Paulo.

Benchimol, Jaime (1992) *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. (coleção Biblioteca Carioca)

Bretas, Marcos. (1997). *A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

Carvalho, Marta Maria Chagas de (2000). Reformas da Instrução Pública. In *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica (2ª edição).

Distrito Federal: Lei e Regulamento do Ensino (Decretos ns. 3281 de 23 de janeiro de 1928 e 2940 de 22 de novembro de 1928). Rio de Janeiro, Escola de Artes Gráficas Alvaro Baptista, 1929.

Freire, Américo. (2000) *Uma capital para a República*. Poder federal e forças políticas locais na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Revan, 2000.

_____. & Sarmiento, Carlos Eduardo Barbosa. (1999). Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1960). *Estudos Históricos*, vol.13, nº 24, p. 295-322.

Kessel, Carlos. (2001) *A vitrine e o espelho*. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro, Secretaria das Culturas, 2001. (coleção memória carioca).

Lacerda, Maurício de (1927). *Entre duas Revoluções*. Rio de Janeiro, Editora Leite Bastos.

Lemme, Paschoal (1988). *Memórias* (vol.2), Brasília, Inep/Cortez.

Nunes, Clarice (2001). As Políticas Públicas de Educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In Bomeny, Helena (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro, FGV.

Pilletti, Nelson (1982). *A Reforma Fernando de Azevedo: Distrito Federal, 1927-1930*. São Paulo, FEUSP.

Resende, Vera F. (2002). Planos e regulação urbanística. A dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: Oliveira, Lúcia Lippi. *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.

Reforma da Instrução Pública no Distrito Federal (1927-1930)-Arquivo Fernando de Azevedo/IEB/USP (2000) – CD-ROM, coord. Diana Gonçalves Vidal.

Xavier, Libânia Nacif (2002). Fernando de Azevedo e o legado de uma geração in Garcia, Walter (org.). *Educadores Brasileiros do século XX* – vol. 1. Brasília, Editora Plano.

_____ (2001). Inovações e (des)continuidades na política educacional fluminense in Freire, Américo; Sarmiento C. E, e Motta, Marly. *Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FGV/Alerj.